

# MOVIMENTO FEMINISTA: UMA RELAÇÃO DE CONQUISTA DA MULHER NEGRA NA UNIVERSIDADE

## FEMINIST MOVEMENT: A RELATIONSHIP OF CONQUEST OF THE BLACK WOMEN IN UNIVERSITY

Juraildes Barreira Nunes 1  
Mariane Santos Nogueira 2

**Resumo:** O presente artigo buscou elucidar achados sobre as questões feministas e as conquistas ocorridas no decorrer do século XX no Brasil, por intermédio do levantamento histórico, bem como apresentar a inserção da mulher no ensino superior, enfrentando uma sociedade patriarcal e machista, tendo como base a luta do movimento feminista, suas respectivas conquistas de direitos numa sociedade regulada pelo estado, leis e coerção policial, por meio de apontamentos de dados sobre a mulher negra no ensino superior em específico.

**Palavras-chave:** Feminismo, Gênero, Mulher Negra e Ensino Superior.

**Abstract:** The present article sought to elucidate findings on feminist issues and achievements during the twentieth century in Brazil, through the historical survey, as well as to present the insertion of women in higher education, facing a patriarchal and sexist society, based on the struggle of the feminist movement, their respective conquests of rights in a society regulated by the state, laws and police coercion, through notes of data on the black woman in specific higher education.

**Keywords:** Feminism, Gender, Black Woman and Higher Education.

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2004). Especialista em Docência do Ensino Superior Pelo Instituto Tocantinense de Pós-graduação Faculdade – ITOP (2017) e Administração em Projetos Sociais Universidade Gama Filho (2006) Atualmente é cooperada-assistente social da Cooperativa de Trabalho, Prest. Serviço, Assist. Técnica e Extensão Rural e professora do curso de serviço social da Faculdade ITOP desde abril (2015). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, extensão rural e cooperativismo solidário e Docência do Ensino Superior. Mestranda no Programa de Pós-graduação de Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). E-mail: judnunes@hotmail.com

Possui graduação em Fisioterapia pela Faculdade Montes Belos (2010/2). Mestranda no Programa de Pós-graduação de Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO). Especialista em Fisioterapia Neurológica pelo Centro de Estudos Avançados e Formação Integrada (CEAFI). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Montes Belos (FMB). Áreas de atuação: Neuroanatomia, Cinesiologia e Biomecânica, Cinesioterapia; Fisioterapia aplicada à neurologia, pediatria, reumatologia, uroginecologia, geriatria e gerontologia, preventiva, pilates e auriculoterapia. Docente do curso de Fisioterapia na Faculdade Montes Belos. Tem experiência na área de Fisioterapia. E-mail: nogueira.slmb@hotmail.com

## Histórico das mulheres no Brasil – o processo de luta em busca de direitos

Este tópico tratará sobre a conquista do movimento feminista no Brasil no contexto de direitos e retrocessos. Para iniciar faz-se necessário reportar-se às questões de direitos sociais, conquistas ao longo do século XX, mais precisamente impulsionado pela luta dos movimentos sociais feministas que ocorreram mundialmente e tiveram repercussão no Brasil (Lamas, 2000, p.15). Por sua vez, as feministas, trataram de encontrar uma perspectiva capaz de dar conta dos relatos sociais e históricos sobre as mulheres.

Segundo, Oliveira (online 2012)

As manifestantes foram fortemente reprimidas pela polícia e trancadas na fábrica, onde então, todas morreram carbonizadas. O dia 8 de março começou a ser comemorado somente em 1910, com o principal objetivo de lembrar as conquistas sociais políticas e econômicas, assim como promover ações para extinguir a discriminação.

Os movimentos feministas iniciaram seus protestos pelos direitos das mulheres na sociedade usando estrategicamente as manifestações públicas, mesmo havendo repressão, violência policial e coerção de grande parte de setores da sociedade. O Estado estruturou todo um aparato de vigilância e de policiamento, tudo isso em função de controlar as mulheres e garantir o cumprimento das leis. Para, MELO (2010, p.128)

A polícia, como principal instrumento do Estado, como empresa de dominação de uns sobre outros, por meio do recurso à violência ou à ameaça de seu emprego, materializa a violência legítima, porque autorizada pelo direito. É isto que faz com que seja possível diferenciar a ação da polícia como força coatora do Estado do puro e simples recurso à violência para impor a vontade de uns sobre outros.

Outrossim, com a coação policial e do Estado, o objetivo destes movimentos é sensibilização a despeito da exploração econômica e social das mulheres e abolir a discriminação, sofridas ao longo do século. Pois, as leis eram feitas pelos homens para que as mulheres obedecessem às regras impostas socialmente. De acordo, BLAY (2003, p. 91),

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, feministas de classe média, militantes políticas contra a ditadura militar e intelectuais foram se somando a sindicalistas e trabalhadoras de diferentes setores. Certamente, unia-as uma visão democrática e igualitária dos direitos da mulher que suplantava diferenças partidárias e ideológicas. Formou-se um vasto movimento unido de mulheres, se considerarmos que o inimigo era comum. É claro que, em contrapartida, o movimento feminino conservador, ligado especialmente à igreja católica e ao movimento militar, também se organizou.

O tecido social da vida nesse contexto é de dominação: cultural, do feminismo, patriarcal, policial, parlamentar e jurídica. As instituições existem em função do domínio e do controle da mulher. As leis foram feitas para que se legitimasse essa repressão.

Porém, os movimentos feministas se uniram em coletividade para lutar a favor dos direitos das mulheres na sociedade, pela igualdade de direitos e oportunidade. Prosseguindo, BLAY (2003, p. 91), esclarece que,

Ao movimento feminista se aglutinou uma série de grupos que atuaram cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. A formação de entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica não tardou

a se formar. Por todo o Brasil, grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infundáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas.

Os molestamentos de crianças, adolescentes, jovens e adultas faz parte da família nuclear brasileira. No exercício da profissão, as mulheres continuam tendo uma renda, fazendo o mesmo trabalho, mas com remuneração inferior aos homens.

A tarefa atribuída às mulheres que precisam conciliar a vida no trabalho com as atribuições de ser a principal responsável pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos, marcando o debate sobre a divisão sexual do trabalho, é compreender quais os principais dilemas vividos por essas mulheres durante o processo de trabalho e conciliação em busca de seus direitos de igualdade e oportunidade que se faz refletir sobre a importância das políticas públicas, no bojo da luta de emancipação das mulheres na contemporaneidade. Para COSTA e SACRAMENTO (2011, p. 2)

“Na atualidade o universo da mulher não se restringe somente a esfera doméstica, tendo participação ativa na sociedade. Com tantas conquistas o início do reconhecimento deu-se com a estipulação do dia 8 de março como “Dia Internacional da Mulher” sendo um marco de conquista dos direitos humanos. A mulher conquistou a base de muita luta o reconhecimento como cidadã. Mas, a luta ainda não está totalmente vencida, ainda há desigualdades seja de salário ou preconceitos por ela ainda ser considerada “por muitos como um ser frágil, doce e sem muita capacidade intelectual”.

Essa constatação não exclui as desigualdades existentes nesse espaço no que concerne ao gênero, raça/ etnia e condição social, a equidade de distribuição de oportunidades ainda está distante, além disso, as lutas do movimento feministas é primordial para que os direitos das mulheres sejam consolidados e institucionalizados, nesta sociedade conservadora e machista.

Momento histórico de reflexão sobre o direito das mulheres, em que eram tratadas como propriedade privada. Com base nessa ponderação, os movimentos feministas lutavam pela igualdade e defesa de minorias, se unindo contra a libertação de regras patriarcais impostas.

### **Conquista do movimento feminista no século XX**

Por alguns anos, a “mulher” significou na sociedade a parte frágil, sendo submissa ao homem e tendo como único papel a reprodução. Na contemporaneidade, esta situação se modificou, principalmente com o surgimento do movimento feminista que empreende a luta e reivindicação pelos direitos sociais básicos. Este ganha destaque no século XX, buscando a práxis e consequentemente a militância.

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX (Pinto, 2010. P,15).

Com a busca de direitos e conquistas, o movimento feminista, na atualidade se expõe as críticas do “neoliberalismo” para conquistar seus espaços em todos os âmbitos da sociedade democrática. Nessa ótica, o movimento tem suas particularidades de luta árdua, vagariedade, o caminho percorrido pela figura feminina em busca de oportunidade, reconhecimento e igualdade de direitos foi árduo, lento, sobretudo, com o poder da igreja católica, que teve seu rastro de influência, para não a conquista de direitos das mulheres.

Com isso, o movimento feminista não se intimidou na luta e com argumentos plausíveis em defesa dessa “guerra” que perpetuou várias gerações, no Brasil a luta ganha relevância e defesa de uma nova postura, com sufrágio universal, pelo direito da mulher pelo voto. Retornando, (PINTO, 2010. p,15)

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Foi no século XX que ocorreu uma expansão do ensino brasileiro, justificada pelas demandas impostas pelo processo do avanço capitalista no país. É possível perceber o aumento da presença feminina no ensino formal de educação. Segundo PITANGUY (2011. P, 38)

A questão da educação, contemplada nestes planos e objeto de outros programas e instâncias de políticas nacionais, constituiu, no início do século XX, uma importante bandeira de luta das mulheres, destacando-se a atuação de Nísia Floresta. Hoje, os indicadores de acesso apontam uma crescente presença das mulheres no sistema formal de educação, inclusive superior à dos homens.

Com a criação do Ministério da Educação, as escolas brasileiras, na década de 1930, expandem-se as oportunidades de inserção feminina no sistema educacional, mas, este ainda era visto como um campo restrito às elites do país. O cenário global político, econômico e social do mundo nas décadas seguintes irá provocar transformações estruturais na história da sociedade brasileira.

As mudanças foram mais rápidas a partir da metade da década de 1940, a expansão da economia, industrialização e urbanização do país fez com que a demanda em diferentes setores econômicos nacionais ampliasse, as mulheres são demandadas a ocuparem cargos cada vez mais específicos e as décadas que se seguem ocorre o aumento do nível de escolarização da população.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o objetivo central passa a ser o de assegurar as garantias constitucionais e fundamentais do cidadão, permitindo o direito de ir e vir, pois, demonstra um avanço na outorga ao direito a voto para analfabetos; direito a greve; o racismo é considerado crime inafiançável; fim da censura; seguro desemprego; liberdade sindical, dentre outros progressos.

Como expresso no artigo 5º, dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988. No entanto no final do texto, assegura que não há dicotomia entre sexos, o fim da discriminação feminina. Cito: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” Não obstante, estando expresso de modo conciso, sabe-se que na realidade a cultura da nossa sociedade extremamente machista não permite que as mulheres sejam equiparadas aos homens: o preconceito, lamentavelmente, fica inerente ao ser humano machista e conservador, que perpetua na sociedade.

É neste contexto que as novas relações sociais de lutas são geradas, novas concepções de mundo, e novos debates são apresentados, entre eles a relação de gênero no ensino superior. O que será melhor discutido no item seguinte.

## Relação de gênero e o Ensino Superior

As interações entre homens e mulheres dentro do estudo de gênero ainda se mostra basal para a análise das relações sociais. Conceituar gênero leva à um conjunto de práticas que criam divergências entre o que é entendido como masculino e feminino, influenciando ainda na visão do indivíduo, do outro e de si mesmo.

Como levantado anteriormente, nota-se que as mulheres têm conquistado espaço em diversas áreas à partir da década de 70, por meio de lutas por direitos, respeito e reconhecimento. Especificamente no Brasil, a implementação de políticas focadas na inclusão se apresentam na década de 1980 (FARAH, 2004). Dados estes que fortalecem a discussão de diferenciação de gênero com respectiva desigualdade desde os primórdios, apesar da ascensão da conquista nos espaços diversos.

No que tange à tal igualdade e diferença, Miguel e Biroli (2013, p. 21) enfatizam,

A igualdade é a bandeira “óbvia” levantada por qualquer movimento que queira falar em nome dos oprimidos. Desde as primeiras manifestações de inconformidade com a dominação masculina, as mulheres reivindicam acesso a liberdades iguais àquelas de que os homens desfrutam. Esta igualdade de direitos é fundamentada na afirmação da igualdade fundamental entre homens e mulheres – seres iguais necessariamente devem gozar de direitos iguais.

Deste modo, não se vê diferença intelectual entre homem e mulher, para tanto, o acesso à universidade, por exemplo, denota conquista e crescimento da classe feminina meio de movimentos e lutas ao longo da história, apesar das resistentes divergências.

A inserção da mulher no sistema educacional, bem como no mercado de trabalho se distingue em relação ao gênero masculino. Nota-se um crescente, ao longo dos anos, do acesso das mulheres à universidade e ao sistema educacional como um todo (BARROS et al., 2001)

Para Ribeiro (2016), o desempenho da mulher no ambiente educacional, ultrapassa o dos homens, além disso, elas permanecem mais tempo em formação do que eles, atingindo títulos elevados. Em contrapartida, no mercado de trabalho, hierarquicamente o homem se sobressai, tanto em posição, salários, como em participação em termos percentuais. Deste modo, mesmo com a ascensão da mulher no sistema educacional, sua inserção no mercado de trabalho apresenta notáveis especificidades.

Assumpção (2014) reforça que no Brasil os indicadores demonstram a presença feminina expressiva na educação, em todos os níveis, inclusive no superior, onde sua presença é preponderante. Porém, tal fato não releva as distorções de gênero que se mostram firmemente presentes, limitando a equidade.

Debater relações entre gênero e educação é essencial para o estudo e entendimento da sociedade atual, bem como para a criação de estratégias voltadas ao desenvolvimento educacional.

Desigualdades de gênero estão presentes no contexto histórico educacional, onde as mulheres são excluídas ou desvalorizadas, porém, mesmo diante desta realidade, é possível observar um lento processo de mudança neste contexto, quando observamos a sociedade contemporânea, haja vista o incremento da população feminina no ensino superior, território este, exclusivamente masculino por um longo tempo na história (ASSUMPCÃO, 2014).

Talvez, numa análise contemporânea, entenda-se que as mulheres têm adquirido mais privilégios no âmbito educacional, quando comparado aos primórdios.

É importante salientar também que o estudo privilegia a participação feminina, mas é certo que falar de gênero não é apenas falar de mulheres e homens ou de diferença sexual, mas também de identidades que são construídas fora de uma lógica heteronormativa, como a de travestis, transexuais e transgêneros (ASSUMPCÃO, 2014, pg.7).

Kergoat e Hirata (2003) apontam que pesquisas em Sociologia demonstram que o gênero indica prestígio na carreira profissional. Cargos femininos ou masculinos apresentam extremos, e,

no primeiro caso, percebe-se profissões com baixa remuneração, instáveis, precarização e redução de jornadas. Já na carreira masculina, é notório o melhor nível salarial e uma condição profissional mais estruturada.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (2004) designa à educação superior, a promoção de debates e estímulo à reflexões sobre os direitos humanos em território brasileiro. Elenca que a instituição de ensino superior deve fornecer à sociedade, profissionais e indivíduos sensibilizados para atuação cidadã, com compromisso junto ao fortalecimento de direitos e questões de liberdade. Entre estes princípios, destaca-se aqueles que estabelecem a importância de uma sociedade atuante nas questões de desigualdades, seja por gênero, raça ou renda, que rotineiramente, pautam a temática exclusão social da população.

Diante do pressuposto, numa visão minimamente controversa, vê-se em Miguel e Biroli (2013) que a política representativa carece de democratização, uma vez que verifica-se a presença numericamente menor da mulher e sua posição marginal em relação ao homem em todos os casos e espaços. Destacam ainda que garantir igualdade para autonomia nas sociedades liberais, resvalam no indício que a posição real do indivíduo, e não sua caracterização abstrata, estabelece as oportunidades e organização do acesso à recursos.

## A mulher negra no Ensino Superior

O acesso de negros na educação ocorreu por volta de 1720, porém a outorga do ensino aos negros ocorreu apenas em 1870 por meio da reforma do ensino primário e secundário (QUADRA, 2014). Já no Brasil, o direito aos estudos para as mulheres ocorreu em 1879 mediante consentimento do Imperador Dom Pedro II. Apesar dos achados, a presença feminina se consolida apenas no final do século XIX, cuja pioneira ingressou numa universidade do Estado da Bahia em 1887, para cursar uma graduação masculina, o curso de medicina (SANTOS e MOREIRA, 2017).

Desde então, é crescente o ingresso de mulheres no ambiente universitário. Estudos no Brasil apontam um total estimado de seis milhões de matrículas no último decênio, deste total, 3,4 milhões de mulheres, e 2,7 milhões de homens (BRASIL, 2015).

Santos e Moreira (2017) afirmam que os estudos disponíveis são escassos para demonstrar o acesso especificamente das mulheres negras no ensino superior, bem como que evidencie o processo histórico percorrido para alcançar essa conquista.

Mesmo diante da pobre disposição literária sobre o assunto, dentro da contextualização histórica, dois nomes tiveram destaque para ilustrar esse processo de conquista, são eles: Antonieta de Barros e Enedina Alves Marques. Negras que foram contra a ideologia do seu tempo e lutaram pela educação. A primeira, atuando na área da educação como professora de Língua Portuguesa e Literatura, até ingressar na carreira política em 1934, como a primeira deputada estadual de Santa Catarina. Já Enedina conquistou a graduação de Engenharia Civil em 1945, território até então, estritamente masculino (SANTANA, 2013; SANTOS E MOREIRA, 2017).

Deste modo, ser negro resulta num processo de lutas constantes, e submissão à diversas formas de desigualdades e preconceitos, inclusive no ambiente educacional. Pode-se considerar que

A taxa bruta de escolaridade no ensino superior da população residente branca passou de 12,4% em 1988, para 35,8% em 2008, correspondendo a uma elevação de 23,4 pontos percentuais, ou um aumento proporcional de 189,2%. Já no caso da população preta ou parda, a taxa bruta de escolaridade no nível superior passou de 3,6%, em 1988 para 16,4%. Essa evolução corresponde a um aumento de 12,7 pontos percentuais, ou em termos proporcionais, de 350,4% em 2008 (PAIXÃO, 2010, p. 229).

Os dados elencados demonstram a crescente inserção da população negra no ensino superior, em especial diante das políticas de expansão da educação, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) ou diante de fomentos estaduais (MARCONDES et al., 2013), porém, ainda para Paixão (2010), mesmo com a ascensão do número de indivíduos, o percentual de negros

nesta seleta classe deixa a desejar, correspondendo apenas a 6% da população total de jovens na universidade. Afirma ainda, que mesmo com o maior número, a taxa de frequência permanece consideravelmente menor se comparada aos brancos, independente do gênero.

Nota-se a ideia de uma demanda reprimida para a permissão do acesso dos negros ao ambiente universitário, demonstrando continuidade na desigualdade entre brancos e negros dentro da população de forma considerável (ARTES e RICOLDI, 2015).

Conforme Guimarães (2002), a presença das negras no ensino superior deve ser considerada também por área de formação, haja vista que se concentram em cursos de menor prestígio, apesar do pouco estudo acerca do tema que geralmente se voltam às investigações de carreiras imperiais como direito, medicina e engenharia.

Deste modo, nota-se a constante manutenção do processo dificultoso deste acesso, o qual tenta-se camuflar com os dados numéricos pouco relevantes quando comparados aos homens e indivíduos brancos. A mulher negra tem sim, conquistado maior espaço, mas é notória a escassez de interessados na pesquisa da temática sugerida, bem como o lento progresso da conquista de títulos entre esta população, ou seja, o acesso permanece complexo.

## Considerações Finais

Neste trabalho buscou-se proporcionar reflexão do movimento feminista no século XX. Vale ressaltar que para Rocha (2002, p. 24)

Na trajetória de atuação do movimento feminista, pode-se destacar várias lutas: educação, cidadania e trabalho. Porém, a principal luta que o feminismo realizou foi do sufrágio feminino que compreende o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Toda a movimentação em prol do voto caracteriza-se como a primeira fase do movimento.

Tendo como balizamento, este movimento, com as conquistas ao longo destes anos foram concretizando, ressaltando principalmente a constituição de 1988, sendo um grande marco da história brasileira com o aumento de mulheres negras nas universidades.

Entretanto, foi possível perceber que a inserção feminina ao ensino, no contexto brasileiro, foi historicamente marcada pela desigualdade de acesso e oportunidades, em um sistema educacional construído sobre uma base essencialmente excludente e inserido em totalidade societário marcado pelas diversidades sociais e econômicas.

É notório dessa forma, compreender que as diferentes expressões da questão social justificam dos modelos desiguais encontrados na história da sociedade brasileira e que apresentam a disparidade no ensino superior que é fundamenta por escopos capitalismo monopolista, com a exploração dessa demanda, do não acesso em sua “plenitude” no ensino superior para as mulheres negras. Pois, apresenta da disparidade entre negros e brancos.

Portanto, o estudo aponta a importância do movimento feminista em prol da luta que concerne o direito ao acesso ao ensino superior, houve uma redução das desigualdades existentes no nível educacional, fruto de muita luta e reivindicações dos movimentos feministas.

A forte presença das mulheres nas universidades brasileiras representam alguns avanços das lutas enfrentadas em sua trajetória pela busca do direito ao acesso à instrução e ao conhecimento, conseqüentemente, por melhores oportunidades e relações mais igualitárias.

A busca é pela ampliação do acesso às universidades públicas e gratuitas, que garantam os investimentos necessários e que recusem o processo de mercantilização do ensino superior.

## Referências

ASSUMPÇÃO, Andreia dos Santos Barreto Monsore de. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, 2014. Disponível em: [http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno\\_gea\\_n6\\_digitalfinal.pdf](http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf)

BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; SANTOS, Daniel Domingues dos; FIRPO,

Sérgio Pinheiro. **Inserção no mercado de trabalho: diferenças por sexo e consequências sobre o bem-estar.** Texto para discussão Ipea, n.796. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4028](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4028)

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, vol. 17, n. 49, 2003.

BRASIL. **Mulheres são maioria no ingresso e na conclusão de cursos superiores.** MEC, 2015.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos**, 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista de Estudos Feministas**, n. 12, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004)

GUIMARÃES, Antônio Sergio. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: 34, 2002.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. **A divisão sexual do trabalho revisitada.** In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 111-123.

LAMAS, Marta. **Gênero: os conflitos e desafios Gênero: os conflitos e desafios do novo paradigma do novo paradigma.** Proposta N84/85 março/agosto de 2000.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=20978](http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978)

MELO, Antônio Jorge Ferreira. **Polícia e policiamento no reino de Momo a governança da segurança no carnaval de salvador.** Salvador: EDUFBA, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista.** Vinhedo: Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Ana Lucia. **Direitos sociais da mulher: trajetória histórica e o papel social feminino.** Disponível em: <https://www.analuciadireito.blogspot.com/2012/07/direitos-sociais-da-mulher-trajetoria.html>

PAIXÃO, Marcelo (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010.** Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

QUADRA, Raíssa Rosa. Projeto pérolas negras: valorização da diversidade cultural na escola. **Anais do congresso de pesquisa e extensão e da semana de ciências sociais da UEMG/Barbacena**, v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/anaisbarbacena/article/view/801>

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Desigualdades de gênero no ensino superior e no mercado de trabalho no Brasil: uma análise de idade, período e coorte. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n2/0102-6992-se-31-02-00301.pdf>

ROCHA, Maria José Pereira. **Três lentes para o feminismo.** São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Educação).

SANTANA, Jorge Luiz. Rompendo barreiras: Enedina, uma mulher singular. Monografia (Bacharelado em História) - Departamento de Memória e Imagem do Setor de Ciências Humanas Letras e Artes,



Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: [http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2013/09/jorge\\_luiz\\_santana.pdf](http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2013/09/jorge_luiz_santana.pdf)

SANTOS, João Paulo Lopes dos; MOREIRA, Núbia Regina. Mulher negra e educação superior: impasses históricos e atuais. **XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico**, 2017. Disponível em: [http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6935/pdf\\_627](http://periodicos.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/6935/pdf_627)

Recebido em 22 de novembro de 2018.

Aceito em 16 de janeiro de 2019.